



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

Proc. N.º 1441/93

0607

MENSAGEM Nº 40/93

Barueri, 22 de novembro de 1993

Senhor Presidente:

Tenho a honra de remeter a V.Exa., para alta apreciação dessa Egrégia Câmara, o anexo projeto de lei que prorroga por mais 1(um) ano o prazo de isenção de que trata a Lei nº 694, de 14 de novembro de 1989.

Como se recorda, a Lei nº 694, de 14 de novembro de 1989, concedeu aos serviços de transportes coletivos das linhas municipais de ônibus isenção do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (I.S.S.Q.N.), pelo prazo de 1(um) ano.

Posteriormente, consoante leis específicas, o prazo em questão vem sendo prorrogado por iguais períodos de duração.

Considerando que esse novo prazo venceu-se em 14 de novembro passado, com a presente proposição tenciona-se prorrogar, por igual período, a isenção conferida.

A justificativa para o projeto de lei ora submetido à douda apreciação dessa Edilidade encontra-se na necessidade de a Administração diminuir os custos operacionais do transporte coletivo e, consequentemente, permitir que as tarifas cubram, satisfatoriamente, tais custos.

O custo operacional, basicamente, traduz-se, nessa atividade, em despesas com mão de obra, combustíveis, peças e acessórios, - itens esses que sofrem constantes aumentos, acima mesmo da própria inflação, não cobertas tão só com a tarifa. Nesse quadro, a incidência do tributo em questão sobrecarrega ainda mais aludido custo, o que poderá obstaculizar a melhoria do serviço.



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO

0608

FLS. 3
Proc. M.º 1441/93

Com a prorrogação da dispensa do pagamento do questiona-
do imposto, na forma da presente propositura, o que implicará na desne-
cessidade de recolhimento pela concessionária de ponderável soma, não
mais haverá pretexto para a melhoria do serviço, inclusive com a renova-
ção periódica da frota, sobretudo em face da edição da Lei nº 768, de
10 de junho de 1991, que estabeleceu normas rígidas para o transporte co-
letivo, a serem observadas pelas empresas permissionárias e concessioná-
rias.

A presente propositura, desta forma, é do mais alto in-
teresse público, porquanto a prorrogação da isenção postulada constitui
forma indireta de o Município subsidiar o transporte coletivo, razão pe-
la qual dispensáveis maiores considerações para justificar sua aprova-
ção.

A medida ora proposta é de caráter urgente, razão pela
qual solicito seja ela apreciada no prazo a que alude o artigo 61, § 1º,
da Lei Orgânica do Município de Barueri.

Isto posto, valho-me do ensejo para reiterar a V.Exa. e
a seus Nobres Pares os meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente.


RUBENS FURLAN

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

CLEUSO DE OLIVEIRA

DD. Pres. da Câmara Municipal de
BARUERI

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

Protocolo n.º 1532

Livro 01 de 98

Entrada em 22 / 11 / 93